

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. JUNINHO DO PNEU)

Institui a política nacional de controle dos PFAS - substâncias perfluoroalquil e polifluoroalquil, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a política nacional de controle dos PFAS - substâncias perfluoroalquil e polifluoroalquil, com o objetivo de controlar e reduzir a presença dessas substâncias no meio ambiente e garantir a proteção da saúde da população.

Art. 2º A política nacional de controle dos PFAS compreende um conjunto de ações, medidas e instrumentos para controle, monitoramento, fiscalização, prevenção e remediação dos efeitos ambientais e de saúde associados aos PFAS.

Art. 3º Compete ao Poder Público federal, estadual e municipal promover, no âmbito de suas competências, a implementação da política nacional de controle dos PFAS, com a finalidade de:

I - monitorar e controlar as fontes de emissão de PFAS no meio ambiente;

II - estabelecer limites de concentração de PFAS em águas, solos e alimentos;

III - regulamentar e fiscalizar o uso, produção e descarte de PFAS;

IV - promover a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias para a remediação de áreas contaminadas por PFAS;

V - incentivar a adoção de práticas sustentáveis na produção e consumo de bens e serviços, visando a redução do uso de PFAS.

Art. 4º As empresas e indústrias que utilizam PFAS em seus processos produtivos deverão apresentar relatórios anuais de consumo e descarte dessas

\* C D 2 3 1 4 4 7 8 3 1 0 0 \*



substâncias, bem como adotar medidas para a redução de sua utilização e a eliminação progressiva de sua presença nos produtos e processos produtivos.

Art. 5º O Poder Público deverá promover campanhas de conscientização e informação à população sobre os riscos e impactos à saúde e ao meio ambiente associados aos PFAS, bem como os cuidados que devem ser tomados para evitar a exposição a essas substâncias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificativa**

Os PFAS são substâncias químicas amplamente utilizadas em diversos produtos, como revestimentos antiaderentes, tecidos impermeáveis, espumas de combate a incêndios, entre outros. Essas substâncias são persistentes no meio ambiente e podem causar efeitos negativos à saúde humana e ao meio ambiente.

A política nacional de controle dos PFAS é fundamental para garantir a proteção da saúde da população e a preservação do meio ambiente. As ações e medidas previstas no projeto de lei visam a controlar a presença dos PFAS no meio ambiente e a incentivar a adoção de práticas sustentáveis na produção e consumo de bens e serviços.

De forma que, as PFAS são compostos químicos persistentes e tóxicos que têm sido amplamente utilizados em produtos industriais e de consumo, como revestimentos resistentes a manchas, produtos químicos de combate a incêndios e materiais de embalagem. No entanto, essas substâncias têm sido associadas a uma série de efeitos adversos à saúde, incluindo problemas no sistema imunológico, câncer, disfunção hormonal e danos ao fígado e aos rins.

Além disso, as PFAS são altamente persistentes no meio ambiente, o que significa que elas não se degradam facilmente e podem se acumular no solo, na água e nos organismos vivos. Sua ampla distribuição e longa vida útil têm levantado preocupações globais sobre os efeitos a longo prazo dessas substâncias.



\* C D 2 3 1 4 4 7 8 3 1 0 0 \*

Portanto, é essencial adotar uma abordagem proativa na redução e eliminação do uso de PFAS, além de remediar as áreas já contaminadas. Isso requer medidas regulatórias, investimentos em pesquisa e desenvolvimento de alternativas mais seguras, bem como a conscientização pública sobre os riscos associados às PFAS.

Dessa forma, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei, que visa a proteção da saúde e do meio ambiente de nosso país.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado JUNINHO DO PNEU



\* C D 2 2 3 1 4 4 4 7 8 3 1 0 0 \*

